Por uma educação para todos

ERIKA KLINGL
DA EQUIPE DO CORREIO

A pequena Talita, 4 anos, leva pelo menos uma hora dentro do ônibus todos os dias para chegar à escola, na 208 Sul, onde faz o Jardim I. Ela mora em uma fazenda depois de São Sebastião e acorda quando ainda está escuro. Durante as quatro horas de atividades escolares de Talita, a mãe dela, Andressa Dias de Jesus — 46 anos e mais quatro filhos —, espera sentada do lado de fora da escola. Sem dinheiro para as passagens de ônibus, Andressa é obrigada a esperar.

Até poucos dias atrás, a mãe não tinha dúvidas de que o esforço valia a pena. Nos primeiros dois meses de aula, Talita evoluiu como nunca. A menina com Síndrome de Down aprendeu, na escola, a falar mamãe e papai. "Matriculei minha menina porque me disseram que tinha sala de apoio", conta ela, referindo-se à presença de professores capacitados para ajudar alunos com deficiência a terem chance verdadeira de aprendizado.

Para a surpresa de Andressa e de outras quatro mães da 208 Sul, a sala foi fechada no início do mês por causa do remanejamento de professores. Assim como essa escola pública, outras 12 sofreram com as mudanças, de acordo com o Grupo DFDown, uma organização não governamental com representação em 160 países. "Parece um contra-senso que, numa escola onde a inclusão é exitosa, tirem um quadro qualificado para outra função", reclama Juliana Santos, presidente da ONG.

Rosineide dos Santos e Luciene Pereira Souza, mães, respectivamente, de David Guilherme e Fernanda, ambos de 5 anos, ainda se esforçam para entender a decisão do governo. As duas crianças fizeram implante coclear — que ajuda a recuperar a audição e é fundamental para que crianças com deficiências auditivas aprendam a falar. "A cirurgia custa mais de R$ 100 mil e foi paga pelo Estado. Sem a ajuda de professores, nossos filhos não vão se desenvolver em toda a potencialidade", afirma Luciene. "Fazer economia agora é uma bobagem", completa Rosineide.

Na rede de ensino do DF, 13.615 alunos têm necessidades especiais. Segundo a Secretaria de Educação, essas salas de apoio foram fechadas porque não tinham número de alunos suficiente, conforme manda o Plano de Orientação das Ações de Educação Especial do DF. A secretaria alega também que o fechamento não significa que o número de salas de apoio caiu. Ao contrário, aumentou de 143 para 285 salas. Para ter professores específicos, a escola precisa de 15 alunos com deficiência. As que não têm devem encaminhar as crianças para outro colégio, no turno contrário às aulas regulares. Ou seja, quem estuda de manhã freqüenta outra escola à tarde. "Quer dizer que existem crianças que valem menos porque a escola não alcançou o número mágico de 15 alunos?", pergunta Lurdinha Daneby, da Associação das Mães em Movimento (Amem-DF).

A proposta não convenceu Rosineide, Andressa ou Luciene. "Não tenho como passar o dia no Plano Piloto, pagar almoço e deixar minha família para trás", afirma Luciene, cujo marido está desempregado.

Inclusão

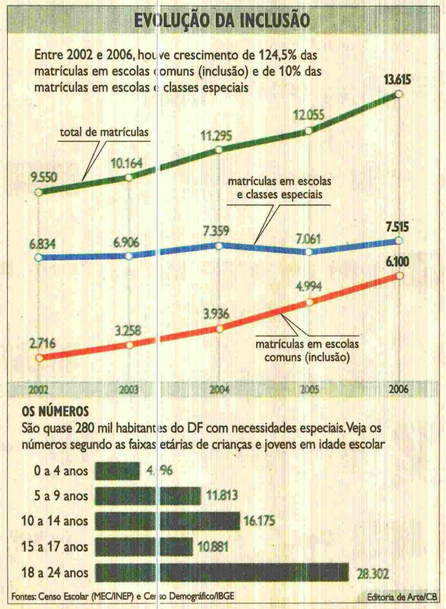
As salas de apoio representam a síntese de uma escola para todos. A sala de aula não pode mais se resumir a lápis, caderno, giz, lousa e professor. Deve ser o lugar da diversidade, uma vez que o aprendizado depende da atenção à necessidade de respeitar o ritmo e observar a capacidade de cada um, no lugar de enfatizar as limitações. Para os surdos, língua de sinais; para os que não se mexem, comunicação alternativa; para quem demora a aprender, jogos coloridos e muita repetição; para os cegos, braille; e assim por diante. "O desafio da inclusão na escola é apenas um primeiro passo para inclusão na sociedade e deve ser feito respeitando os limites de cada um e, principalmente, a cidadania", observa César Achkar, presidente da Associação Brasiliense de Deficientes Visuais (ABDV).

O DF sempre foi um dos expoentes da valorização das diferenças. Pelo menos, era isso o que pensavam mães, educadores e militantes da causa. Mas, nos últimos anos, a proporção de matrículas de pessoas com deficiência nas salas de aula regulares na capital foi ultrapassada por outras unidades da federação. Levantamento realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), ligado ao Ministério da Educação (MEC), no ano passado, revela que 41% das matrículas de alunos com necessidades especiais foi feita na educação inclusiva. No DF, foram quase 45%. No entanto, a capital brasileira está atrás de oito estados. No Rio Grande do Norte, 73% dos estudantes com deficiência estavam em salas de aula comuns, seguido da Paraíba, em segundo lugar, com 59%. "Estávamos em um ótimo caminho, mas hoje tenho medo do retrocesso", afirma Mônica Moreira Diniz, mãe de Juliana, uma jovem de 18 anos que possui dificuldade de aprendizado.

Uma mulher como as outras

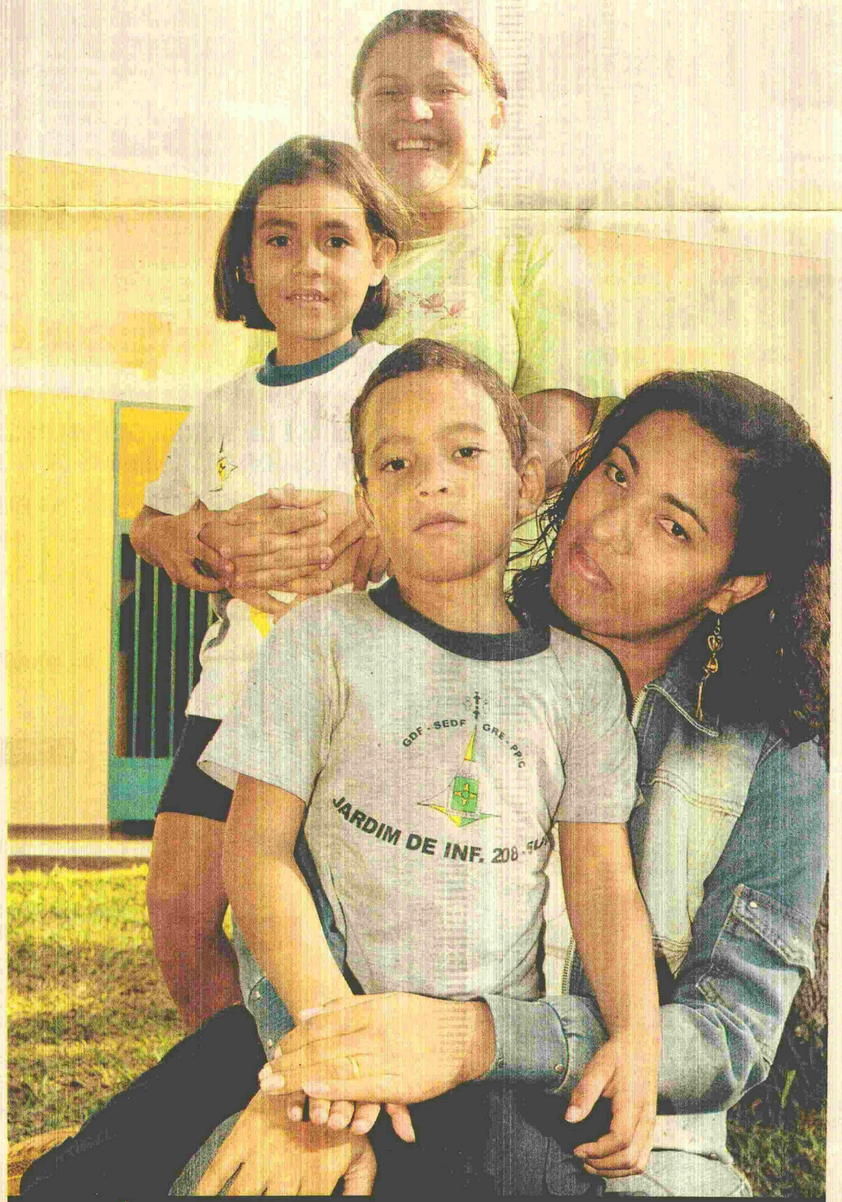
Quando Liane Gaspar Martins, 43 anos, foi para a escola pela primeira vez, não havia essa história de educação inclusiva. Com quatro anos, ela, que está entre as cerca de 300 mil pessoas que possuem Síndrome de Down no país, já sofria com o preconceito. "O primeiro jardim de infância que fomos bateu com a porta na nossa cara. Disse sem cerimônia que não aceitava esse tipo de criança", conta a mãe de Liane, Marilei Martins Collares. "Eles nem tentaram disfarçar ou buscar um argumento", lembra.

Apesar da resistência, as duas foram precursoras na educação inclusiva porque Marilei descobriu, com a experiência, que em uma sala de crianças sem deficiência sua filha poderia ser mais estimulada e, em conseqüência, evoluir mais. Liane concluiu o ensino fundamental no Colégio Minas Gerais, em Brasília. Até chegar à instituição, ela teve de bater, por 13 anos, na porta de várias escolas em busca de uma vaga. Sempre recusada, os pais tiveram que pagar professor particular para que Liane iniciasse sua alfabetização. Histórias como essa estão nas 165 páginas do livro *Liane: mulher como todas*, lançado há dois anos por Liane. "São sonhos e conquistas de uma pessoa que deseja ter uma vida normal, como qualquer outra", diz Liane. (EK)



Fotos: Bruno Fortes/CB

"MAMÃE E PAPAI"
EM DOIS MESES DE AULAS, TALITA, QUATRO ANOS, EMOCIONOU OS PAIS AO APRENDER A FALAR. SALA DE APOIO QUE FREQÜENTAVA, NO ENTANTO, NA ESCOLA DA 208 SUL, FOI FECHADA



PREOCUPAÇÃO
MÃES DOS PEQUENOS FERNANDA E DAVID, DE 5 ANOS, LUCIENE E ROSINEIDE TEMEM QUE RETIRADA DOS EDUCADORES PREJUDIQUE APRENDIZAGEM DOS FILHOS, DEFICIENTES AUDITIVOS

DIREITO GARANTIDO

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA – 1994

"Toda criança tem direito fundamental à educação e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem. Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular com pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades e eficazes para combater atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos"

CAPÍTULO III, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA – 1988

"A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (...) O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino"

ARTIGO 8º DA LEI 7.853 – 1989

"Constitui crime punível com reclusão de um a quatro anos e multa recusar, suspender, procrastinar, cancelar ou fazer cessar, sem justa causa, a inscrição de aluno em estabelecimento de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta, ou obstar, sem justa causa, o acesso de alguém a qualquer cargo público emprego ou trabalho, por motivos derivados de sua deficiência"

ESFORÇO
MÃE E FILHA ENFRENTAM, TODOS OS DIAS, UMA HORA E MEIA ENTRE CEILÂNDIA SUL E O PLANO

A dura viagem diária de Andressa

É o clima que define a presença ou não de Andressa Alves de Souza, 13 anos, na sala de aula. Todas as manhãs, antes de arrumar a filha para a escola, Vanessa Alves de Souza, 33 anos, abre a janela da casa e olha para o céu. Se estiver chovendo, ela nem acorda a menina. Aluna da sétima série do Colégio Polivalente, na Asa Sul, Andressa tem um sério comprometimento motor, causado por um problema na hora do parto, e não se locomove sozinha. Precisa de cadeira de rodas e da presença constante de outra pessoa. E, para piorar, por falta de colégios com estrutura adequada para receber Andressa em Ceilândia Sul, onde as duas moram, elas precisam viajar para o Plano Piloto.

É mesmo uma viagem. São 30 minutos de casa até a estação do metrô, por volta das 6h, dividindo espaço entre pedestres e carros. Outros 30 minutos de metrô até a estação da 114 Sul e, por fim, mais 30 minutos até a escola na 913 Sul, enfrentando calçadas esburacadas, gramado irregular e o risco das ruas. "Nos dias de chuva, a gente não vai porque não existe uma forma de protegê-la e ainda levá-la na cadeira." O sofrimento da mãe já foi maior. Antes da inauguração da estação de Ceilândia Sul do metrô, em outubro do ano passado, ela levava a menina nos braços até o colégio. Caminhava até a parada de ônibus e, depois, até o colégio. "A cadeira de rodas não passa pelos ferros localizados dentro dos coletivos. E aqui, na capital do país, não existe ônibus adaptado", reclama.

A falta de atenção aos portadores de necessidades especiais quando o assunto é transporte público é explícita. Dentre os novos 310 veículos entregues no aniversário de 47 anos da inauguração de Brasília, nenhum apresentava as adaptações necessárias a esse público. Hoje, para estudar, 819 dos 5 mil alunos especiais da rede pública dependem desse transporte gratuito. Nem as 13 escolas públicas de ensino especial são atendidas. Os ônibus escolares destinados a elas não têm cintos de segurança para cada aluno e não possuem a devida identificação. Para agravar os problemas, os estudantes — que possuem deficiências de locomoção, audição, mental e visual — dependem de mães voluntárias para acompanhá-los no trajeto casa—escola. Nenhum dos 12 veículos conta com monitores.

De acordo com a assessoria da Secretaria de Educação, os 12 veículos que atendem aos centros de ensino especial do DF serão vistoriados e, em 45 dias, um edital será lançado para alugar 14 ônibus adaptados que ficarão sob a responsabilidade do próprio órgão. O orçamento incluiria também recursos para treinamento de motoristas e contratação de monitores. (EK)

ENTREVISTA
REGINA COELHO FIGUEIREDO, Psicopedagoga

"A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA É UM PRESENTE"

Todos ganham na inclusão de crianças com necessidades especiais em classes regulares, contanto que ela seja feita com qualidade e tenha a participação dos pais. A opinião é da psicopedagoga Regina Coelho Figueiredo, especialista no tratamento dos transtornos do desenvolvimento da infância e adolescência e em clínica hospitalar na área de psicooncologia e neurologia da Unidade de Pediatria dos hospitais de Base de Brasília (HBB) e Universitário de Brasília (HUB). "A inclusão de crianças com deficiência vira um presente para o sistema educacional porque ela traz em si uma reflexão sobre a educação como um todo", disse, em entrevista ao **Correio.**

Qual a melhor escolha para um pai de criança com deficiência: escola regular ou sala especial?

Cada particularidade deve ser observada no processo. No entanto, de forma geral, a inclusão é fundamental, não somente como condição de garantir o direito à cidadania, mas também como processo de inclusão na teia social.

E o preconceito?

Sempre acreditei que a criança com deficiência se beneficia do ensino regular tanto quanto os estudantes sem necessidades especiais. Todos ganham com uma sociedade mais igualitária. No início, a inclusão gera um desequilíbrio porque o sistema não está preparado. Mas, depois dos primeiros momentos, a inclusão de crianças com deficiência vira um presente para o sistema educacional, porque ela traz em si uma reflexão sobre a educação como um todo.

O ensino inclusivo é suficiente para garantir o aprendizado?

A maioria das crianças com deficiência são beneficiadas em escolas regulares, mas o que garante o aprendizado é a qualidade do atendimento. E, hoje, a questão da qualidade não diz respeito apenas às crianças com deficiência. É uma demanda global de toda a educação básica, pública ou particular. As políticas educacionais devem ser melhoradas para que não encontremos crianças na 4ª série do ensino fundamental sem saber ler ou adolescentes com aprendizado deficitário no Exame Nacional de Ensino Médio (Enem).